

Obrigatoriedade de eutanásia de equinos com Mormo gera polêmica entre criadores

Uma doença cujos sintomas demoram a aparecer e que, quase sempre, é detectada por acaso, quando algum cavalo precisa de uma Guia de Trânsito Animal (GTA) para se deslocar para algum evento. Trata-se do Mormo. Na imensa maioria das vezes, o animal com teste positivo se apresenta assintomático, mas, mesmo assim, deve ser eutanasiado.

Esse é um dos pontos mais críticos relativos à ocorrência de casos nos rebanhos equinos do Estado. Outro ponto importante é que a enfermidade pode ser transmitida dos cavalos para os humanos, na sua maioria resultando em óbito.

A diretora do Departamento de Vigilância e Defesa Sanitária Animal (DDA/Seapi), Rosane Collares Moraes, afirma que muitos criadores não acreditam na existência da doença e acham que a obrigatoriedade dos testes tem viés financeiro.

“Tem isolamento da bactéria, então as evidências nos ajudam muito nas tomadas de decisão dos programas sanitários”, diz ela. Mesmo assim, ocorrem os questionamentos: “às vezes, o dono do cavalo de R\$ 500 mil não vai te questionar, mas o dono do ‘cavalo Mimoso, campeão do laço’, questiona a validade do exame, o porquê de ele ter que arcar com esse custo a mais. Às vezes o apego sentimental com o animal também pesa”, diz Rosane.

Atualmente, o Estado tem 24 focos da doença, espalhados por diversas regiões, com a ocorrência de animais diagnosticados vivos, em processo ainda de análise de amostra ou que já estão indo para eutanásia. O professor titular de Clínica Médica de Equinos da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Carlos Eduardo Wayne Nogueira, afirma que, nos últimos quatro anos, os números de casos de Mormo no Estado têm oscilado da seguinte forma: 41 em 2020, 49 em 2021, 28 em 2022 e 13 em 2023.

“Não entendo que estejamos frente a uma epidemia, pois, considerando a tropa de mais de 520 mil cavalos no Estado, o número de positivos é muito baixo, e, quando se compara os índices epidemiológicos no Brasil e no mundo, observa-se números entre 0,5 e 0,01%. Porém, necessitamos continuar trabalhando para a melhorias dos métodos de diagnóstico e controle do Mormo”, diz Nogueira.

Na política de controle do Mormo, os testes são exigidos para solicitação da Guia de Trânsito Animal (GTA) que permite oficialmente a movimentação de animais que irão participar de aglomerações. Além da testagem para trânsito, há os testes realizados em laboratórios oficiais para saneamento de focos nas propriedades, ou seja, quando o cavalo tem contato com um ani-



JONATHAN HECKLER/ARQUIVO/JC

Enfermidade pode ser transferida de cavalos para humanos, o que faz com que os cuidados sejam redobrados

mal positivo, e investigação de possíveis vínculos epidemiológicos.

“O maior número de casos e focos têm ocorrido em propriedades sem classificação e o menor número em estabelecimentos classificados como haras, cabanhas, fazendas, clube hípico e dentre outros”, explica o professor.

O chefe da divisão de Defesa Sanitária Animal da Seapi, Fernando Groff, afirma que a doença está disseminada em todo o Estado e que o contágio ocorre em animais que vão a eventos, convivem com outros equinos, bebem água do mesmo cocho ou o tratador usa o mesmo balde para mais de um cavalo, em época de cobertura.

“É importante que as pessoas levem e usem os seus equipamentos, não compartilhem freios, esporas. São nas pequenas coisas que favorecem a transmissão e as pessoas não percebem, elas sempre buscam uma coisa macro, parecido com o que vivemos durante a pandemia de Covid-19”.

Sobre a denúncia de resultados falso positivos em equinos de Santa Maria, em função de coletas feitas de outros cavalos, ao invés do que deveria ser testado, Nogueira afirma que os profissionais denunciados, após a comprovação das irregularidades, são desabilitados do Ministério da Agricultura (MAPA) para a coleta de material

para os exames e, após transitar em julgado o processo no MAPA, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, há a comunicação ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS) para apuração de infração ética.

“Nos últimos três anos, foram cerca de cinco profissionais denunciados e autuados pelo MAPA. Saliento a importância e responsabilidade do médico-veterinário na identificação do animal, na colheita do material, acondicionamento e entrega no laboratório credenciado. Esta sequência é fundamental para que não ocorram erros e fraudes”, afirma.

Falta de engajamento de produtores dificulta diagnóstico de Tuberculose e Brucelose

Entre as doenças que mais afetam o rebanho leiteiro, estão a Tuberculose e a Brucelose, que são zoonoses, ou seja, passam dos animais para os humanos. A médica-veterinária consultora do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Letícia de Albuquerque Vieira, diz existir uma deficiência no diagnóstico, pois nem todo o rebanho é testado.

“Há uma dificuldade em relação à sensibilização dos produtores em fazer essas testagens, em função do custo. Lembrando que são doenças que não são tratadas, logo os animais têm que ser abatidos quando são diagnosticados.” Porém, existem

vários tipos de programas que facilitam essa testagem e inclusive facilitam assim a questão da diminuição dos prejuízos por possíveis perdas.

A questão sanitária e de boas práticas do leite se baseia nas Instruções Normativas 76 e 77, de 2018, que estabelecem os critérios para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial. “Assim, a indústria tem a responsabilidade de fazer um trabalho junto aos seus fornecedores de leite, de educação sanitária, implantação de boas práticas agropecuárias”.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desenvolve, há alguns anos, o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal que prevê, entre outras coisas a certificação de propriedades como livres dessas doenças.

“O Estado tem mais de duas mil propriedades certificadas, as quais têm um diferencial em termos de biossegurança”, diz Fernando Groff.

Além disso, a certificação favorece uma melhor remuneração do leite destas propriedades. As ações para a erradicação são fundamentais, pois asseguram a saúde de quem

produz e de quem consome produtos e derivados da carne e do leite bovinos.

Letícia faz um alerta sobre o fato de serem zoonoses e poderem causar dano à saúde dos consumidores. “Existem trabalhos que demonstram que 5% dos casos tuberculose humanas são oriundos da tuberculose bovina e principalmente das pessoas que trabalham com gado de leite”.

Uma pessoa que sofre de tuberculose tem um tratamento longuíssimo, que pode durar cerca de um ano, e muitas vezes não completando esse tratamento há recidivas e agravamento do quadro, podendo vir a óbito.

A Tristeza Parasitária bovina,

que é uma doença a transmitida por pelo carrapato e que ocorre em novilhas em animais jovens, também vem causando um grande prejuízo na produção e morte dos animais. A Febre Aftosa que se mantém sem registro de foco, mas caso ocorra “ela bate qualquer outro tipo de doença em relação a prejuízos.

Já a mastite, que é inflamação do úbere da vaca, um tipo de doença que acomete quase todos os rebanhos em diferentes, não é uma doença que mata. Mas é uma doença que prejudica muito a qualidade e o volume de produção.

Continua na página 10

